



Revisão do Plano Diretor Municipal de Campo Tenente/PR

Produto 4 - Análise Temática Integrada (Parte 3)

2022



PRELIMINAR



ANÁLISE TEMÁTICA INTEGRADA – PARTE 3

Revisão do Plano Diretor de Campo do Tenente - PR

PRELIMINAR

CURITIBA

2022



PRELIMINAR

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 3.1 – EVOLUÇÃO DAS RECEITAS DE CAMPO DO TENENTE ENTRE 2021 E 2025	17
FIGURA 3.2– EVOLUÇÃO DAS DESPESAS DE CAMPO DO TENENTE ENTRE 2020 E 2022	20
FIGURA 3.3 – NÍVEIS DE QUALIDADE DA GESTÃO FINANCEIRA DETERMINADOS PELO IFGF	25
FIGURA 3.4 – INDICADORES ANALISADOS PELO IFGV	25
FIGURA 3.5 – INDICADORES IFGV 2020 PARA CAMPO DO TENENTE	27
FIGURA 3.6 – INDICADORES IFGV 2020 PARA CAMPO DO TENENTE	28
FIGURA 3.6 – EVOLUÇÃO HISTÓRICA DOS INDICADORES DO ÍNDICE FIRJAN ENTRE 2013 E 2020	29
FIGURA 5.1 – GRUPOS DISCUTINDO AS TEMÁTICAS PROPOSTAS NA DINÂMICA	33
FIGURA 5.2 – RESULTADOS DA DISCUSSÃO DE DEFICIÊNCIAS E POTENCIALIDADES	34
FIGURA 5.3 – TAGS ADESIVAS E SEUS SIGNIFICADOS	35
FIGURA 5.4 – RESULTADOS DA ATIVIDADE SOBRE AS ORTOIMAGENS - 1	36
FIGURA 5.5 – RESULTADOS DA ATIVIDADE SOBRE AS ORTOIMAGENS - 2	37



LISTA DE TABELAS

TABELA 3.1 – DEMONSTRATIVO DE RECEITA CORRENTE POR CATEGORIA ECONÔMICA DE CAMPO DO TENENTE.....	16
TABELA 3.2 – DEMONSTRATIVO POR NATUREZA DAS DESPESAS EM CAMPO DO TENENTE	19
TABELA 3.3 – DEMONSTRATIVO POR NATUREZA DAS DESPESAS EM CAMPO DO TENENTE	22
TABELA 3.4 – EVOLUÇÃO HISTÓRICA DO ÍNDICE FIRJAN ENTRE 2013 E 2020	27

PRELIMINAR



LISTA DE QUADROS

QUADRO 2.1 – EQUIPE TÉCNICA MULTIDISCIPLINAR.....	12
QUADRO 4.1 – LEIS DE CRIAÇÃO DOS CONSELHOS MUNICIPAIS DE CAMPO DO TENENTE	31
QUADRO 5.1 – CONDICIONANTES E DEFICIÊNCIAS IDENTIFICADAS PELO GRUPO 1	38
QUADRO 5.2 – CONDICIONANTES E DEFICIÊNCIAS IDENTIFICADAS PELO GRUPO 2	39
QUADRO 5.3 – CONDICIONANTES, DEFICIÊNCIAS E POTENCIALIDADES.....	42

PRELIMINAR



SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	9
1 INTRODUÇÃO	10
2 IDENTIFICAÇÃO DA EQUIPE TÉCNICA	12
3 AVALIAÇÃO DA CAPACIDADE DE INVESTIMENTO DO MUNICÍPIO.....	14
3.1 GESTÃO FISCAL E FINANÇAS PÚBLICAS	15
3.2 ANÁLISE A PARTIR DA BASE DE DADOS DO FIRJAN	24
4 AVALIAÇÃO DA ESTRUTURA E FUNCIONAMENTO DOS CONSELHOS MUNICIPAIS EXISTENTES	31
5 SÍNTESE DA ANÁLISE TEMÁTICA INTEGRADA.....	33
6 DEFINIÇÃO DOS OBJETIVOS PARA O DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL	45
REFERÊNCIAS	49

APRESENTAÇÃO

O presente documento foi elaborado pela Fundação de Pesquisas Florestais do Paraná (FUPEF), como parte dos produtos integrantes do Contrato celebrado entre a FUPEF e a Prefeitura Municipal de Campo do Tenente - PR, assinado no dia 11 de janeiro de 2022. Refere-se à entrega do **Relatório de Análise Integrada – Parte 3**, conforme o cronograma do Plano de Trabalho, visando reunir e avaliar informações, seguindo as diretrizes propostas na Lei Federal nº 10.257/01, que institui o Estatuto da Cidade.

Consta nesse relatório as etapas contidas na **Meta 1, Fase 2 – Análise Temática Integrada – Parte 3**, contendo os seguintes subitens:

- 1.1 Avaliação da capacidade de investimento do Município.
 - 1.2 Avaliação da estrutura e funcionamento dos conselhos municipais existentes.
- Além disso foram incluídos outros dois tópicos:
- 1.3 Síntese da Análise Temática Integrada.
 - 1.4 Definição dos objetivos para o desenvolvimento municipal.

Curitiba, 02 de junho de 2022



Prof. Dr. Eduardo Rattón
Coordenador Geral do Projeto

1 INTRODUÇÃO

No que diz respeito ao Plano Diretor de Campo do Tenente, nos termos da Lei nº10.257 de 2001, este deve ser o instrumento de gestão, contínua e básica, da política de expansão urbana e do desenvolvimento do município, tendo por finalidade:

- I. estabelecer as diretrizes e as metas globais e setoriais, bem como referência obrigatória para a ação do poder público e da sociedade civil nas questões de interesse local e, mais especificamente, para a formulação e a aprovação dos instrumentos de implementação do Plano Diretor; e
- II. promover o aperfeiçoamento da legislação de uso e da ocupação dos solos urbano e rural, visando ordenar a plena realização das funções sociais do município e garantir a qualidade de vida da população, considerando a promoção da equidade social, da eficiência administrativa e da qualidade ambiental.

Além disso, o Plano Diretor do município de Campo do Tenente aplica-se em toda a sua extensão territorial, e definirá:

- I. a função social da propriedade;
- II. os objetivos e diretrizes gerais de desenvolvimento urbano e rural do Município;
- III. as políticas públicas de desenvolvimento urbano rural;
- IV. as políticas, programas, leis e ações estratégicas;
- V. o processo de planejamento, acompanhamento e revisão do Plano Diretor;
- VI. o disciplinamento do parcelamento e implantação de loteamentos, assim como do uso e da ocupação do solo urbano;
- VII. a delimitação do perímetro urbano;
- VIII. a definição do zoneamento urbanístico;
- IX. a estruturação de instrumentos de planejamento;
- X. o estabelecimento de fundos de investimentos dos recursos do potencial construtivo;
- XI. a proposição de diretrizes de drenagem e coleta e destinação final de resíduos sólidos;
- XII. a estruturação do plano plurianual e diretrizes orçamentárias;
- XIII. a indicação de políticas, programas e projetos setoriais ou de bairros;
- XIV. a formulação do código de edificações e posturas;

- XV. a formulação do código de meio ambiente;
- XVI. o estabelecimento de programas de desenvolvimento econômico e social.
- XVII. a proposição de gestão democrática da cidade.

Diante desse contexto, o Plano Diretor do município de Campo do Tenente-PR tem como objetivo o levantamento e a análise de dados, buscando conhecer em profundidade os principais aspectos relacionados ao município, de forma a melhorar a qualidade de vida dos cidadãos, reduzir as desigualdades sociais, promover a gestão democrática e a preservação e recuperação do ambiente natural e construído.

PRELIMINAR

2 IDENTIFICAÇÃO DA EQUIPE TÉCNICA

A Revisão do Plano Diretor de Campo do Tenente será desenvolvida por um corpo técnico multidisciplinar, experiente em estudos de planejamento urbano, envolvendo profissionais de diversas áreas do conhecimento e abrangendo as variadas disciplinas envolvidas na completude das análises previstas. Os profissionais integrantes da equipe técnica estão nominados, com suas respectivas formações e registros profissionais, conforme apresentado no QUADRO 2.1.

QUADRO 2.1 – EQUIPE TÉCNICA MULTIDISCIPLINAR

Nome	Formação Profissional	Atividades/ Função no Projeto
EDUARDO RATTON CREA-PR: 7657-D	Engenharia Civil M. Sc. Geotecnia Dr. Geotecnia	Coordenação Geral
FLÁVIA ALINE WAYDZIK CREA-PR:141030-D	Engenharia Civil Esp. em Eng. Logística e de Operações M.Sc. Eng. de Produção	Coordenação Executiva
AMANDA CHRISTINE GALLUCCI SILVA CREA-PR:109275-D	Engenharia Civil M. Sc. Geotecnia	Análise de Uso e Ocupação do Solo
ANA GABRIELA TEXEIRA CAU-PR: A182428-7	Arquitetura e Urbanismo Mestranda em Planejamento Urbano	Planejamento Urbano
CAROLINA CARONE MARTINS	Direito Pós-graduanda em Direito Constitucional	Legislações e procedimentos administrativos
CRISTHYANO CAVALI DA LUZ CREA-PR: 109275-D	Engenharia Civil M. Sc. Geociências Doutorando em Geotecnia	Plano de Ação e Investimentos
HERMES EDUARDO NICHELE CAU-PR: A193914-9	Arquitetura e Urbanismo Mestrando em Planejamento Urbano	Planejamento e Gestão Urbana do Município
LARISSA MILENA PINTO PARRA CREA-PR: 197078-D	Eng. Cartográfica e de Agrimensura Esp. em Gestão Ambiental Mestranda em Desastres Naturais	Cartografia geral
LUCAS MONTEIRO DILDEY OAB: 86707-PR CREA-PR: 170418-D	Direito Engenharia Civil Esp. Direito Ambiental Mestrando em Engenharia de Recursos Hídricos e Ambientais	Legislações e procedimentos administrativos



Nome	Formação Profissional	Atividades/ Função no Projeto
MARIA PAULA BECK CAU-PR: 279979-0	Arquitetura e Urbanismo Mestrando em Planejamento Urbano	Planejamento Urbano
MAURO LACERDA SANTOS F CREA-PR: 8043-D	Engenharia Civil M. Sc. Eng. Estruturas Dr. Eng. Estruturas	Cidades Sustentáveis
PHILIPPE RATTON CREA-PR: 108813-D	Engenharia Civil M. Sc.; Dr. Engenharia de Recursos Hídricos e Ambiental	Avaliação das condições gerais
ROBERTO GREGÓRIO SILVA JR. CREA-PR: 9320-D	Engenharia Mecânica M. Sc. Administração Dr. Administração	Mobilidade Urbana
SANDRA MARTINS RAMOS CRBio 66547/07-D	Bióloga Especialista em Biodiversidade, Conservação e Manejo de Rec. Naturais M. Sc. Ecologia Dra. Geologia	Conservação Ambiental

3 AVALIAÇÃO DA CAPACIDADE DE INVESTIMENTO DO MUNICÍPIO

Nos municípios, estados e países as Finanças Públicas se guiam pela soma das receitas e das despesas que são ordenadas pelo orçamento e pela obtenção do crédito público. Dessa maneira, as finanças públicas estão relacionadas com a obtenção, distribuição, utilização e controle dos recursos financeiros do Estado (OLIVEIRA, 2015).

Com essas variantes é possível estabelecer uma relação direta entre a atividade econômica do Município, a capacidade de tributação e a consequente capacidade de investimentos para oferta de bens e serviços.

As finanças públicas das entidades federativas são compostas por três funções, a saber: alocativa, estabilizadora e redistributiva. A função alocativa é a capacidade do Município de recolher impostos esta função está diretamente relacionada à capacidade de endividamento do governo. Portanto, o capital ingresso que financia os gastos do Estado provêm dos impostos, da atividade produtiva do próprio Estado e das operações de crédito (MATIAS-PEREIRA, 2010).

A função estabilizadora, como o próprio nome sugere, busca aplicar diversas políticas econômicas a fim de promover emprego, desenvolvimento e a estabilidade. No caso da função redistributiva, por sua vez, é responsabilidade das finanças públicas redistribuir o capital recolhido por meio dos impostos e outros através de investimentos em bens e serviços públicos ou coletivos como acesso à justiça, saúde pública e outros (MATIAS-PEREIRA, 2010).

Portanto, para que o Município desempenhe as funções públicas à que se destina, é fundamental que exista o equilíbrio financeiro para que seja criado um ambiente competitivo para os negócios, possibilitando a geração de empregos.

Para garantir esse equilíbrio fiscal, foi aprovada em 04 de maio de 2000 a Lei Complementar nº 101 que estabelece as normas das finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal, além de dar outras providências, comumente conhecida como Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) (BRASIL, 2000).

Na LRF, dentre outras normativas e regulamentações de controle, estipula-se, por exemplo, para os Municípios um teto de gastos com pessoal de 60% das despesas totais. Além disso, a lei determina que a dívida consolidada líquida deve estar em uma relação de 1,2 com a Receita Corrente Líquida (RCL).

No caso de descumprimento da LRF ocorre improbidade fiscal, além de que esse descumprimento gera desequilíbrio na gestão fiscal dos recursos do Município, corrompendo sua estrutura de gestão municipal e impossibilitando o financiamento de infraestruturas, obras, atendimentos e outras necessidades dos munícipes. Por outro lado, quando este equilíbrio é alcançado e a LRF é cumprida, bem como os orçamentos e a gestão de recursos é respeitada ao longo dos anos, é possível aplicar planos, programas e projetos para melhoria municipal.

Os dados das finanças públicas dos municípios são registrados pelas prefeituras através do Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro (Siconfi) e do Sistema de Coleta de Dados Contábeis (SISTN). Este sistema, somado aos dados da Secretaria do Tesouro Nacional compõem a Plataforma de Finanças Municipais - FINBRA (FINBRA, 2020).

Nos próximos subtópicos será descrita a análise da gestão fiscal e das finanças de Campo do Tenente através da análise da relação entre as receitas, a coleta de impostos e as despesas, bem como do orçamento previsto para financiamento de obras, entre outros.

3.1 Gestão fiscal e finanças públicas

É de fundamental importância compreender a dinâmica fiscal do Município, seu planejamento de gastos e como estes elementos podem ser explorados pelo Plano de Ação e Investimento (PAI), possibilitando a implementação dos programas e ações propostos pelo Plano Diretor.

A base de análise de tais dados é a Lei das Diretrizes Orçamentárias (LDO) e o Planejamento Plurianual (PPA) para os anos de 2022 a 2025. Tais leis e suas respectivas tabelas relacionam arrecadações, gastos e metas realizadas nos anos anteriores à 2022, previstas para o ano de 2022 e projetadas para os anos de 2023, 2024 e 2025 (CAMPO DO TENENTE, 2022).

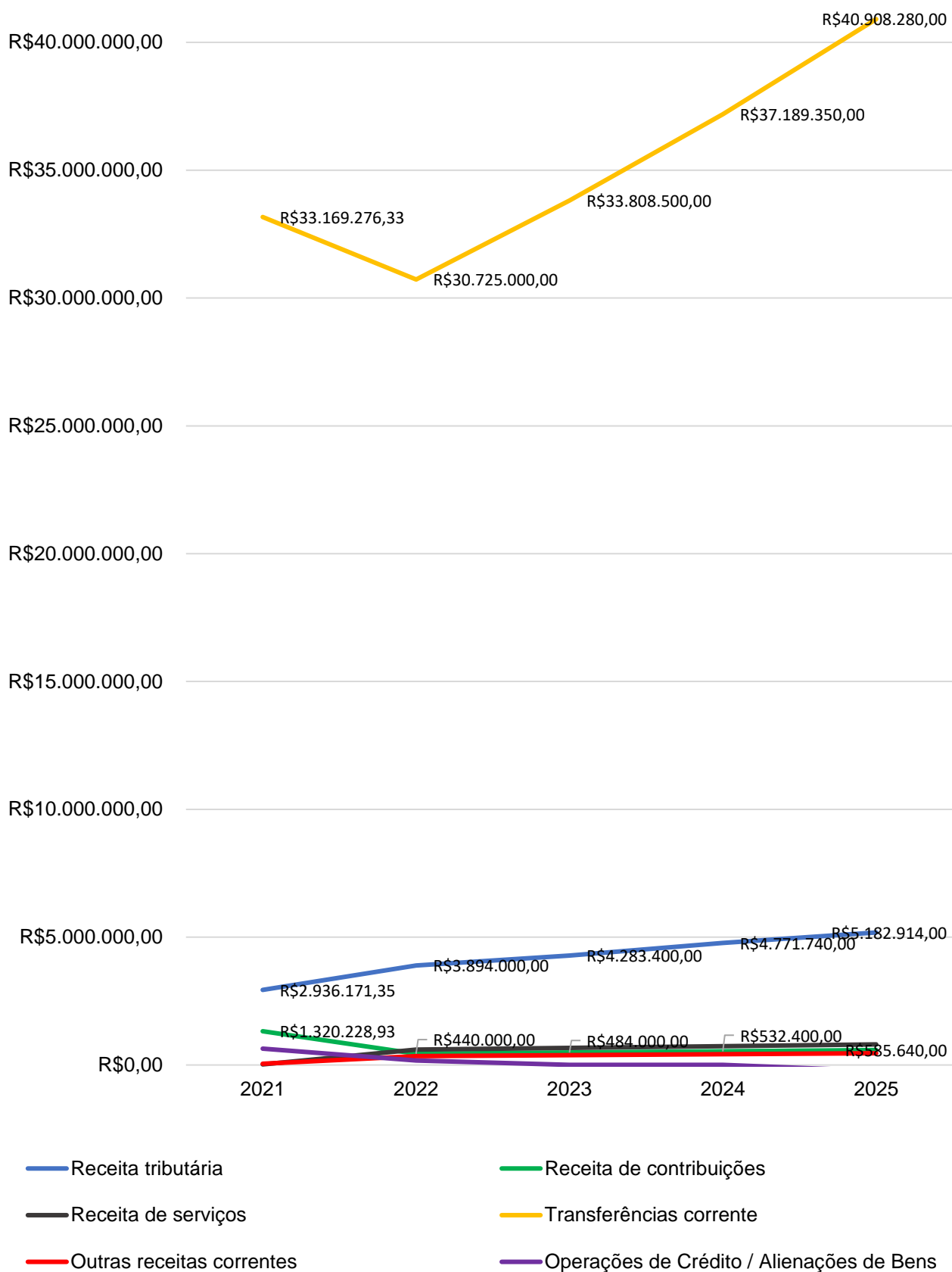
Como é possível perceber na TABELA 3.1 e na FIGURA 3.1, a projeção de receita para o ano de 2022 é cerca de 1 milhão de reais menor que a receita obtida no ano de 2021. Para o Ano de 2021 a meta para as receitas tributárias do município era de R\$ 4.316.000,00, no entanto a meta não foi cumprida e somente R\$ 2.329.494,60 foram arrecadados, ou seja, cerca de 46% da meta não foi atendida. A receita prevista para 2021 era de R\$ 46.844.051,99, enquanto que a receita alcançada foi de R\$ 37.310.463,16.

TABELA 3.1 – DEMONSTRATIVO DE RECEITA CORRENTE POR CATEGORIA ECONÔMICA DE CAMPO DO TENENTE

Tipo de Receita	Realizada	Projeções Plano Plurianual (2022 - 2025)			
	2021	2022	2023	2024	2025
Receitas correntes					
Receita tributária	R\$ 2.936.171,35	R\$ 3.894.000,00	R\$ 4.283.400,00	R\$ 4.771.740,00	R\$ 5.182.914,00
Receita de contribuições	R\$ 1.320.228,93	R\$ 440.000,00	R\$ 484.000,00	R\$ 532.400,00	R\$ 585.640,00
Receita patrimonial	R\$ 932.740,39				
Receita de serviços	R\$ 22.941,61	R\$ 605.000,00	R\$ 665.500,00	R\$ 732.050,00	R\$ 805.255,00
Transferências corrente	R\$ 33.169.276,33	R\$ 30.725.000,00	R\$ 33.808.500,00	R\$ 37.189.350,00	R\$ 40.908.280,00
Outras receitas correntes	R\$ 49.160,53	R\$ 345.000,00	R\$ 379.500,00	R\$ 417.450,00	R\$ 459.195,00
Receitas correntes extraorçamentária	R\$ 34.462.145,09				
Receitas de capital					
Operações de Crédito / Alienações de Bens	R\$ 638.758,68	R\$ 172.500,00	R\$ 189.750,00	R\$ 208.725,00	R\$ 229.975,00
Receitas correntes extraorçamentárias					
Receitas de contribuições	R\$ 1.102.256,56				
Aportes periódicos para amortização	R\$ 1.107.302,83		-	-	-
Total Líquido de Receitas	R\$ 37.310.463,16	R\$ 36.181.500,00	R\$ 39.810.650,00	R\$ 43.851.715,00	R\$ 48.171.259,00

Fonte: CAMPO DO TENENTE (2022).

FIGURA 3.1 – EVOLUÇÃO DAS RECEITAS DE CAMPO DO TENENTE ENTRE 2021 E 2025



Fonte: CAMPO DO TENENTE (2022).

As previsões destas receitas seguem as metas e médias alcançado nos anos anteriores, segundo a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e as expectativas de investimentos e repasses orçamentários, e que, por terem sido menores que o previsto em 2021, seguem com redução em relação ao ano de 2022, alinhando expectativas. Nos anos subsequentes prevê-se no Plano Plurianual (PPA) um crescimento exponencial em relação às receitas de 2022 (CAMPO DO TENENTE, 2022).

A principal contribuição para as receitas municipais provém das transferências correntes que são os recursos recebidos diretamente por pessoas de direito público ou privado e que não dependem de contraprestações diretas de bens ou serviços, como no caso das taxas. Estas receitas geralmente ocorrem em nível intra ou intergovernamental e são recursos, na maioria das vezes, provenientes da União ou do Estado (MINISTÉRIO DA FAZENDA, 2022, n.p.). No caso de Campo do Tenente, no ano de 2021 cerca de 89% das receitas totais recebidas foram transferências correntes.

A receita tributária aparece em segundo lugar das receitas que mais contribuem ao orçamento municipal, mas ainda está em outro patamar orçamentário se comparada com a receita proveniente das transferências recebidas. A receita tributária se divide entre o imposto recolhido sobre o patrimônio, a renda, propriedades prediais como IPTU, e taxas aplicadas à serviços prestados à população como a taxa de limpeza pública e a taxa de fiscalização e vigilância sanitária, além de outros.

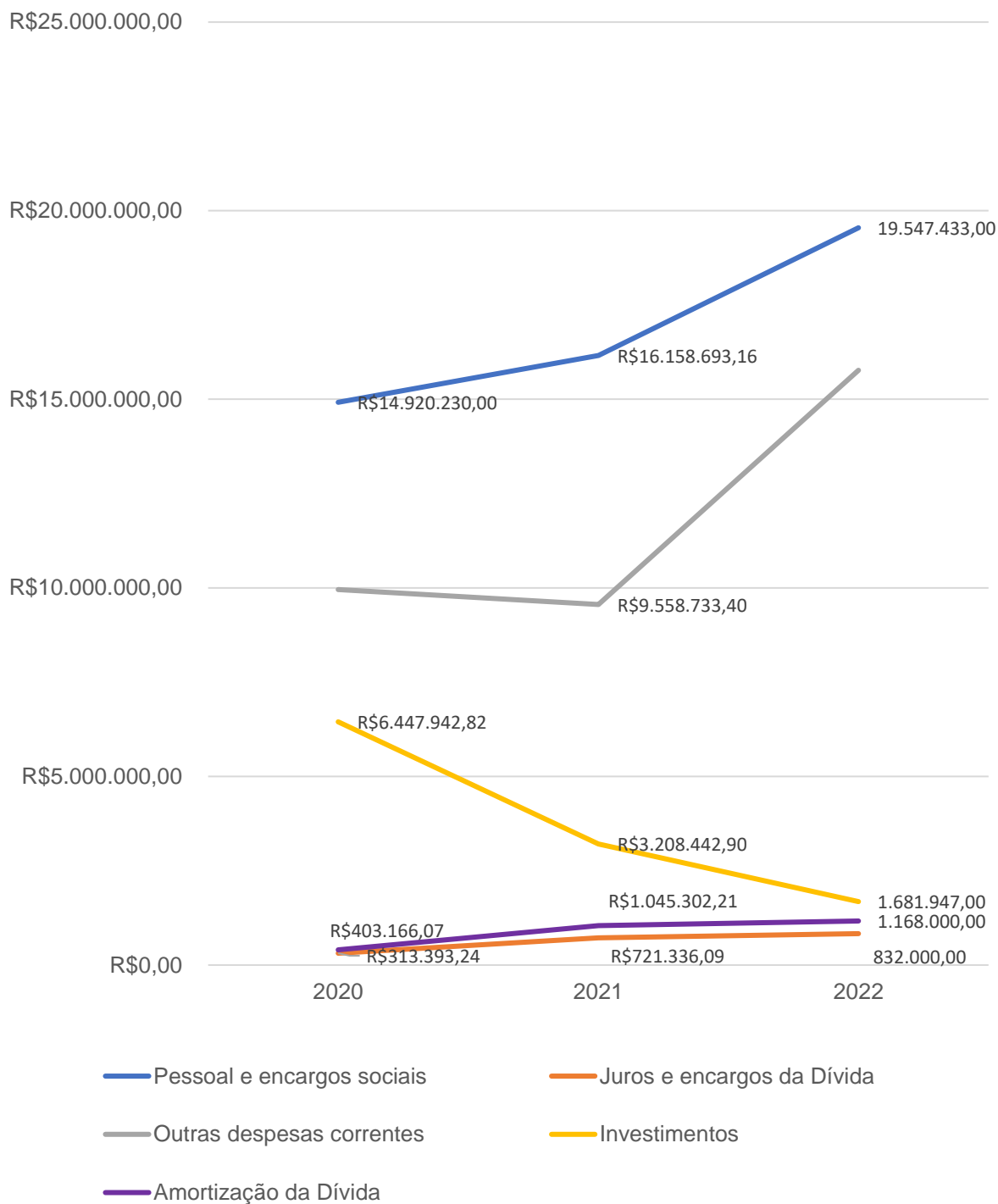
A “saúde” do orçamento fiscal não depende apenas das receitas, mas das despesas que o município possui. No caso de Campo do Tenente, as despesas totais em relação às receitas anuais realizadas, previstas e projetadas na Lei orçamentária estão descritas na TABELA 3.2 e na FIGURA 3.2.

TABELA 3.2 – DEMONSTRATIVO POR NATUREZA DAS DESPESAS EM CAMPO DO TENENTE

Tipo de despesa	Realizadas		Previsto		
	2020	2021	2022	2023	2024
Despesas correntes					
Pessoal e encargos sociais	R\$ 14.920.230,00	R\$ 16.158.693,16	19.547.433,00	18.745.000,00	20.619.000,00
Juros e encargos da Dívida	R\$ 313.393,24	R\$ 721.336,09	832.000,00		
Outras despesas correntes	R\$ 9.955.233,30	R\$ 9.558.733,40	15.769.620,00		
Despesas de capital					
Investimentos	R\$ 6.447.942,82	R\$ 3.208.442,90	1.681.947,00		
Amortização da Dívida	R\$ 403.166,07	R\$ 1.045.302,21	1.168.000,00		
Reserva de Contingência					
Reserva de Contingência			621.000,00		
Total	R\$ 32.039.965,43	R\$ 30.692.507,76	R\$ 39.620.000,00	R\$ 39.711.100,00	R\$ 43.574.510,00

Fonte: CAMPO DO TENENTE (2022).

FIGURA 3.2– EVOLUÇÃO DAS DESPESAS DE CAMPO DO TENENTE ENTRE 2020 E 2022



Fonte: CAMPO DO TENENTE (2022).

Portanto, como é possível verificar, o município de Campo do Tenente possui uma relação pouco equilibrada entre despesas e receitas, sendo que, na maioria dos casos, as metas não são atingidas. Além de ter um orçamento relativamente baixo, se comparado

com outros municípios. No ano de exercício de 2021, as despesas com pessoal foram de 52%, enquanto que a parcela voltada às aplicações diretas que envolvem investimentos em obras e instalações, equipamentos e material permanente, bem como, aquisição de imóveis, foi de 10% do valor dedicado às despesas, e no ano de 2022 o orçamento projetado foi de 4%. Assim, para o ano de 2021 e 2022 os gastos com pessoal cresceram, enquanto os gastos com investimentos diminuíram. Porém, é importante considerar que se comparado com outros municípios esse valor de 10% pode ser considerado alto.

Ainda assim, mesmo que o valor relativo seja considerado alto, o valor absoluto orçamentário municipal é baixo e, conseqüentemente, o valor dedicado à investimentos não é um montante expressivo pra construção e realização de grandes obras. Assim, é de fundamental importância que as ações e investimentos descritas no PAI sejam relacionadas às parcerias público-privadas em todos os níveis federativos e que essas ações visem programas existentes de captação de recursos.

Percebe-se que os anos de 2022, 2023, 2024 e 2025 não possuem previsões divididas em categorias orçamentárias. Isto ocorre porque no Plano Plurianual (PPA), os investimentos estão previstos por programas e ações específicos, os investimentos municipais divididos por secretarias, bem como, os principais investimentos e ações de cada secretaria (TABELA 3.3).

TABELA 3.3 – DEMONSTRATIVO POR NATUREZA DAS DESPESAS EM CAMPO DO TENENTE

Principais investimentos	2022	2023	2024	2025	Total
Secretaria de Administração e Finanças					
Construção/ampliação/ reforma do prédio da prefeitura	R\$ 5.000,00	R\$ 5.000,00	R\$ 5.000,00	R\$ 5.000,00	R\$ 20.000,00
Total da Secretaria	R\$ 6.591.000,00	R\$ 7.249.600,00	R\$ 7.974.060,00	R\$ 8.770.966,00	R\$ 30.585.626,00
Secretaria Municipal de Saúde					
Assistência hospitalar e ambulatorial	R\$ 1.015.000,00	R\$ 1.116.500,00	R\$ 1.228.150,00	R\$ 1.350.965,00	R\$ 4.710.615,00
Manutenção do fundo municipal de saúde	R\$ 6.220.000,00	R\$ 6.842.000,00	R\$ 7.526.200,00	R\$ 8.278.820,00	R\$ 28.867.020,00
Construção / ampliação e reforma unidades de saúde	R\$ 5.000,00	R\$ 5.000,00	R\$ 5.000,00	R\$ 5.000,00	R\$ 20.000,00
Vigilância sanitária em saúde	R\$ 133.000,00	R\$ 146.300,00	R\$ 160.930,00	R\$ 177.023,00	R\$ 617.253,00
Assistência farmacêutica	R\$ 100.000,00	R\$ 110.000,00	R\$ 121.000,00	R\$ 133.100,00	R\$ 464.100,00
Vigilância epidemiológica	R\$ 100.000,00	R\$ 110.000,00	R\$ 121.000,00	R\$ 133.100,00	R\$ 464.100,00
Alimentação e nutrição	R\$ 50.000,00	R\$ 55.000,00	R\$ 60.500,00	R\$ 66.550,00	R\$ 232.050,00
Total da Secretaria	R\$ 7.623.000,00	R\$ 8.384.800,00	R\$ 9.222.780,00	R\$ 10.144.558,00	R\$ 35.375.138,00
Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Turismo					
Manutenção das atividades do ensino fundamental	R\$ 1.792.000,00	R\$ 1.971.200,00	R\$ 2.168.320,00	R\$ 2.385.152,00	R\$ 8.316.672,00
Transporte escolar	R\$ 900.000,00	R\$ 900.000,00	R\$ 1.089.000,00	R\$ 197.900,00	R\$ 4.176.900,00
Merenda escolar	R\$ 660.000,00	R\$ 726.000,00	R\$ 798.600,00	R\$ 878.460,00	R\$ 3.063.060,00
Manutenção do FUNDEB - ensino fundamental	R\$ 4.324.000,00	R\$ 4.756.400,00	R\$ 5.232.040,00	R\$ 5.755.244,00	R\$ 20.067.684,00
Manutenção da educação infantil	R\$ 45.000,000	R\$ 49.500,000	R\$ 54.450,000	R\$ 59.895,000	R\$ 59.895,000
Manutenção de creches	R\$ 100.000,000	R\$ 110.000,000	R\$ 121.000,000	R\$ 133.100,000	R\$ 464.100,000
Manutenção da educação infantil - FUNDEB	R\$ 1.500.000,00	R\$ 1.650.000,00	R\$ 1.815.000,00	R\$ 1.996.500,00	R\$ 6.961.500,00
Ensino superior	R\$ 25.000,00	R\$ 27.500,00	R\$ 30.250,00	R\$ 33.275,00	R\$ 116.025,00
Construção/ ampliação/ reforma de unidades educacionais	R\$ 5.000,00	R\$ 5.000,00	R\$ 5.000,00	R\$ 5.000,00	R\$ 20.000,00
Manutenção do departamento de cultura, turismo	R\$ 222.000,000	R\$ 244.200,000	R\$ 268.620,000	R\$ 295.482,000	R\$ 1.030.302,00
Manutenção da divisão de esportes	R\$ 207.000,000	R\$ 227.700,000	R\$ 250.470,000	R\$ 275.517,000	R\$ 960.687,00
Construção/ reforma de quadras poliesportivas	R\$ 5.000,00	R\$ 5.000,00	R\$ 5.000,00	R\$ 5.000,00	R\$ 20.000,00
Ensino especial	R\$ 85.000,00	R\$ 93.500,00	R\$ 102.850,00	R\$ 113.135,00	R\$ 394.485,00
Fundo municipal de cultura	R\$ 32.000,000	R\$ 35.200,000	R\$ 38.720,000	R\$ 42.592,000	R\$ 148.512,00
Total da Secretaria	R\$ 9.902.000,00	R\$ 10.891.200,00	R\$ 11.979.320,00	R\$ 13.176.252,00	R\$ 45.948.772,00

Principais investimentos	2022	2023	2024	2025	Total
Secretaria de Desenvolvimento Social e Cidadania					
Manutenção do fundo municipal de assistência social	R\$ 1.454.000,00	R\$ 1.599.400,00	R\$ 1.759.340,00	R\$ 1.935.274,00	R\$ 6.748.014,00
Fundo da infância e adolescência	R\$ 150.000,00	R\$ 165.000,00	R\$ 181.500,00	R\$ 199.650,00	R\$ 696.150,00
Manutenção do departamento municipal de habitação	R\$ 80.000,00	R\$ 88.000,00	R\$ 96.800,00	R\$ 106.480,00	R\$ 371.280,00
Manutenção de construção de casas populares	R\$ 10.000,000	R\$ 10.000,000	R\$ 10.000,000	R\$ 10.000,000	R\$ 40.000,000
Regularização de moradias em áreas de risco e regularização fundiária urbana	R\$ 10.000,000	R\$ 10.000,000	R\$ 10.000,000	R\$ 10.000,000	R\$ 40.000,000
Construção /ampliação e reforma de unidades da assistência social	R\$ 10.000,000	R\$ 10.000,000	R\$ 10.000,000	R\$ 10.000,000	R\$ 40.000,000
Total da Secretaria	R\$ 1.714.000,00	R\$ 1.882.400,00	R\$ 2.067.640,00	R\$ 2.271.404,00	R\$ 7.935.444,00
Secretaria de Obras, Rodoviário e Infraestrutura					
Manutenção do departamento de obras e serviços urbanos, rodoviário e manutenção da frota municipal	R\$ 5.573.000,00	R\$ 6.130.300,00	R\$ 6.743.330,00	R\$ 7.417.663,00	R\$ 25.864.293,00
Infraestrutura urbana e rural	R\$ 10.000,000	R\$ 10.000,000	R\$ 10.000,000	R\$ 10.000,000	R\$ 40.000,000
Pavimentação asfáltica e outras obras complementares	R\$ 10.000,000	R\$ 10.000,000	R\$ 10.000,000	R\$ 10.000,000	R\$ 40.000,000
Ampliação da rede iluminação pública	R\$ 10.000,000	R\$ 10.000,000	R\$ 10.000,000	R\$ 10.000,000	R\$ 40.000,000
Total da Secretaria	R\$ 5.603.000,00	R\$ 6.160.300,00	R\$ 6.773.330,00	R\$ 6.773.330,00	R\$ 25.984.293,00
Secretaria de Fomento Agropecuário e Meio Ambiente					
Manutenção do departamento de fomento agropecuário	R\$ 558.000,00	R\$ 613.800,00	R\$ 675.180,00	R\$ 742.698,00	R\$ 2.589.678,00
Manutenção do departamento de meio ambiente	R\$ 519.000,00	R\$ 519.000,00	R\$ 627.990,00	R\$ 690.789,00	R\$ 690.789,00
Manutenção do manejo de resíduos sólidos	R\$ 90.000,000	R\$ 99.000,000	R\$ 108.900,000	R\$ 119.790,000	R\$ 417.690,00
Manutenção do fundo municipal de meio ambiente	R\$ 19.000,000	R\$ 20.900,000	R\$ 22.990,000	R\$ 25.289,000	R\$ 88.179,00
Total da Secretaria	R\$ 1.186.000,00	R\$ 1.304.600,00	R\$ 1.435.060,00	R\$ 1.578.566,00	R\$ 5.504.226,00
Secretaria de Desenvolvimento Econômico					
Manutenção da secretária de Desenvolvimento econômico	R\$ 467.000,000	R\$ 513.700,000	R\$ 565.070,000	R\$ 621.577,000	R\$ 2.167.347,00
Incentivo à indústria	R\$ 10.000,000	R\$ 10.000,000	R\$ 10.000,000	R\$ 10.000,000	R\$ 40.000,000
Defesa civil	R\$ 10.000,000	R\$ 10.000,000	R\$ 10.000,000	R\$ 10.000,000	R\$ 40.000,000
Total da Secretaria	R\$ 487.000,00	R\$ 533.700,00	R\$ 585.070,00	R\$ 641.577,00	R\$ 2.247.347,00

Fonte: CAMPO DO TENENTE (2022), adaptado por FUPEF (2022).

Na TABELA 3.3, deixaram de ser apresentados alguns recursos de relevância inferior, mas os totais das secretarias envolvem todos os recursos do PPA. Assim, as secretarias com mais recursos à disposição são: a Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Turismo, seguida pela Secretaria de Saúde e a Secretaria de Administração e Finanças.

Os maiores gastos previstos no plano sempre envolvem a manutenção das secretarias ou das atividades, porque isso envolve o pagamento dos servidores, que é a atividade que mais consome as despesas municipais, conforme apontado. Os valores investidos e reservados para investimentos de infraestrutura, reforma e construção de equipamentos e melhoria de serviços devem sempre servir como contrapartida para ações que contem com recursos federais e estaduais específicos, já que sozinho o município não disponibiliza de tais recursos.

A correlação das ações previstas pelo presente Plano Diretor com o PPA, e como serão incorporadas às diferentes divisões públicas serão apresentadas no Plano de Ações e Investimentos (Produto 6 – Relatório de Plano de Ações e Investimentos).

3.2 Análise a partir da base de dados do Firjan

O Índice Firjan de Gestão Fiscal (IFGF, 2021) foi criado pela Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (Firjan) e tem como objetivo avaliar as receitas e despesas municipais, contribuindo com o debate e análise comparativa do equilíbrio fiscal.

O estudo indica caminhos para a melhoria do ambiente de negócios e equilíbrio fiscal com análise realizada para todos os municípios brasileiros com frequência anual, assumindo as seguintes funções:

- i) mapa dos principais entraves em torno do Pacto Federativo;
- ii) instrumento de suporte para gestores públicos de todo o país administrarem suas contas de forma eficiente;
- iii) ferramenta de controle social para os cidadãos sobre a administração dos recursos públicos;
- iv) rating para investidores sobre ambiente de negócios. Para atender de forma eficiente a cada um desses pontos, o IFGF é composto por quatro indicadores, que assumem o mesmo peso para o cálculo do índice geral, 25% (IFGF, 2021, n.p.).

O índice varia com valores de 0 a 1, quanto mais próximo de 1 melhor será a gestão fiscal do município, conforme valores de referência presentes na FIGURA 3.3.

FIGURA 3.3 – NÍVEIS DE QUALIDADE DA GESTÃO FINANCEIRA DETERMINADOS PELO IFGF

Gestão de Excelência	Boa Gestão	Gestão em Dificuldade	Gestão Crítica
resultados superiores a 0,8 ponto	resultados entre 0,6 e 0,8 ponto	resultados entre 0,4 e 0,6 ponto	resultados inferiores a 0,4 ponto

Fonte: IFGF (2021).

Portanto, o índice é composto por quatro indicadores que possuem um peso igual de 25% na composição do índice final e que também variam em valores de 0 a 1. Tais indicadores estão descritos na FIGURA 3.4:

FIGURA 3.4 – INDICADORES ANALISADOS PELO IFGF

Autonomia	Gastos com pessoal	Liquidez	Investimentos
Capacidade de financiar a estrutura administrativa	Grau de rigidez do orçamento	Cumprimento das obrigações financeiras	Capacidade de gerar bem-estar e competitividade
<u>Receita Local - Estrut Admin</u> Receita Corrente Líquida	<u>Gastos com Pessoal</u> Receita Corrente Líquida	<u>Caixa - Restos a Pagar</u> Receita Corrente Líquida	<u>Investimentos</u> Receita Total

Fonte: IFGF (2021).

De acordo com a FIRJAN (IFGF, 2021), o indicador de autonomia é o ponto mais crítico da gestão fiscal de muitas prefeituras brasileiras. Este indicador revela a capacidade dos municípios de se sustentarem, sua autonomia fiscal, a capacidade de financiarem a estrutura administrativa que possuem. Portanto, o indicador avalia se as prefeituras têm gerado mais receitas que despesas, ou seja, se geram receita suficiente para arcar com seus custos de existência. Para a avaliação do indicador são analisados dois fatores: as receitas que são provenientes das diferentes atividades econômicas no município e os custos das atividades públicas, enfim, de todas as despesas com as quais o Município deve arcar (IFGF, 2021).

É importante destacar, no entanto, que o cálculo do indicador de autonomia não considera, no entanto, os investimentos municipais, as despesas com atividades fim, tais

como saúde, educação, infraestruturas em geral, entre outros, já que estes gastos são considerados no indicador referente aos investimentos que a prefeitura realiza (IFGF, 2021).

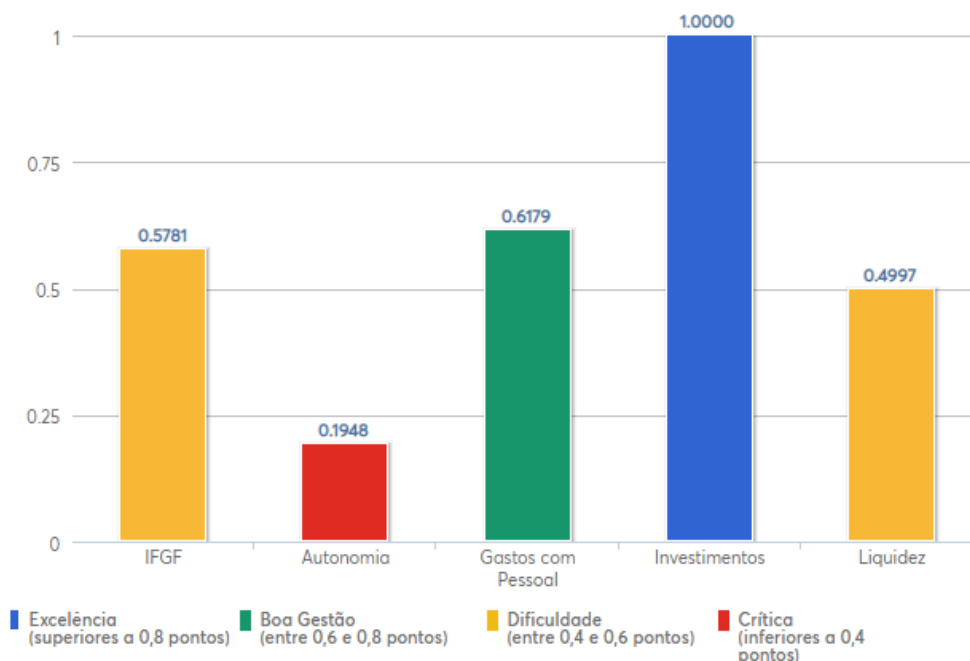
O segundo indicador refere-se à análise dos gastos que a prefeitura possui com pessoal. Nos municípios brasileiros os gastos com o setor público correspondem ao principal gastos das prefeituras, em geral, metade da Receita Corrente Líquida (RCL) dos Municípios é utilizada no pagamento dos servidores. Este valor fica muito próximo ao estipulado na Lei de Responsabilidade Fiscal, tanto que, quando o município ultrapassa os 60% estipulados pela LRF com gastos de pessoal, os municípios recebem nota zero neste indicador.

O indicador liquidez, por sua vez, avalia a relação entre o que se falta a pagar, acumulado naquele ano e os ativos financeiros que estejam disponíveis para cobrir essas dívidas e despesas. Assim, quanto mais próximo de 1 o valor do indicador significa que menos o município não está adiando os pagamentos de suas despesas, o que comprometeria o orçamento dos anos seguintes.

O indicador de investimentos compara os gastos com investimentos em relação à RCL. São os gastos com as atividades fim que segundo a metodologia do índice significam que “hospitais bem equipados, ruas pavimentadas, saneamento, iluminação pública, entre outros, são investimentos tipicamente municipais que fomentam as atividades econômicas locais e geram bem-estar para a população” (IFGF, 2021, p.7).

Pode-se observar na FIGURA 3.5 que os melhores indicadores de Campo do Tenente são os que se relacionam com Gastos com Pessoal e Investimentos, enquanto o menor índice indica a falta de autonomia fiscal municipal.

FIGURA 3.5 – INDICADORES IFGV 2020 PARA CAMPO DO TENENTE



Fonte: IFGF (2022)

Vale destacar, portanto, que estes valores apontam as despesas e receitas para o ano de 2020, quando os gastos com investimentos foram considerados altos e, de fato, como apontado na análise das despesas, foram os mais altos dos últimos anos. No entanto, como também foi apontado estes gastos irão ser reduzidos nos anos subsequentes o que deve gerar uma redução no índice municipal.

A evolução histórica do IFGF está exposta na TABELA 3.4. Observa-se a baixa posição que Campo do Tenente ocupa em relação aos demais municípios do Estado e do Brasil, além de estar sendo flutuante ao longo dos anos.

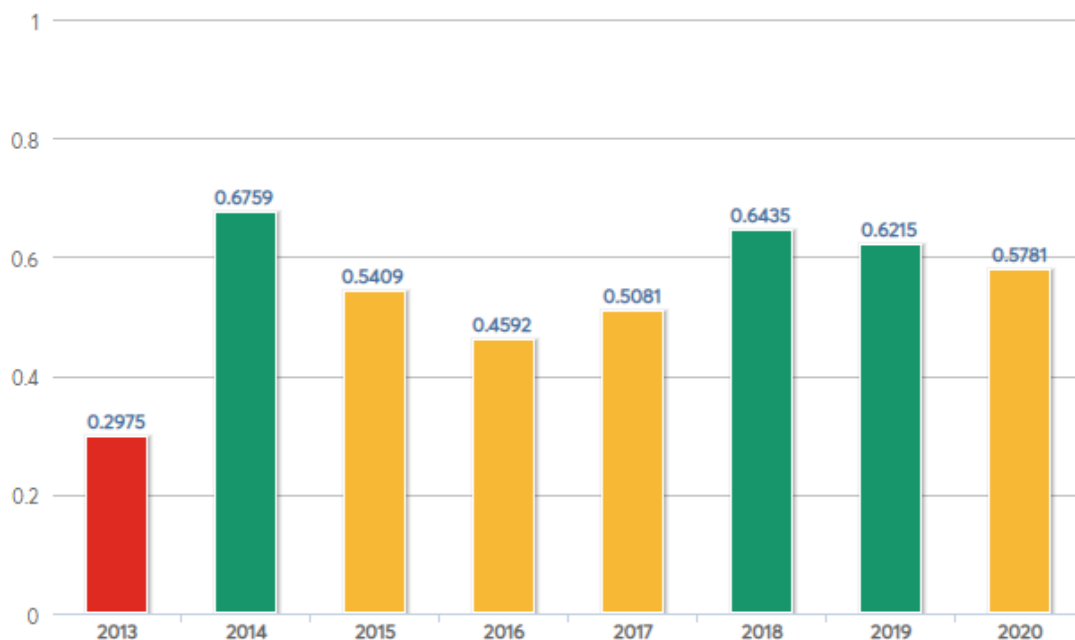
TABELA 3.4 – EVOLUÇÃO HISTÓRICA DO ÍNDICE FIRJAN ENTRE 2013 E 2020

Ano	Valor	Ranking Estadual	Ranking Nacional
2013	0,2975	372º	4.012º
2014	0,6759	174º	1.006º
2015	0,5409	249º	1.567º
2016	0,4592	297º	2.712º
2017	0,5081	253º	1.802º
2018	0,6435	180º	1.038º
2019	0,6215	178º	1.446º
2020	0,5781	258º	2.415º

Fonte: IFGF (2022)

Nos últimos anos, os valores passaram do nível considerado de boa gestão dos recursos para gestão com dificuldade como é possível visualizar na figura abaixo.

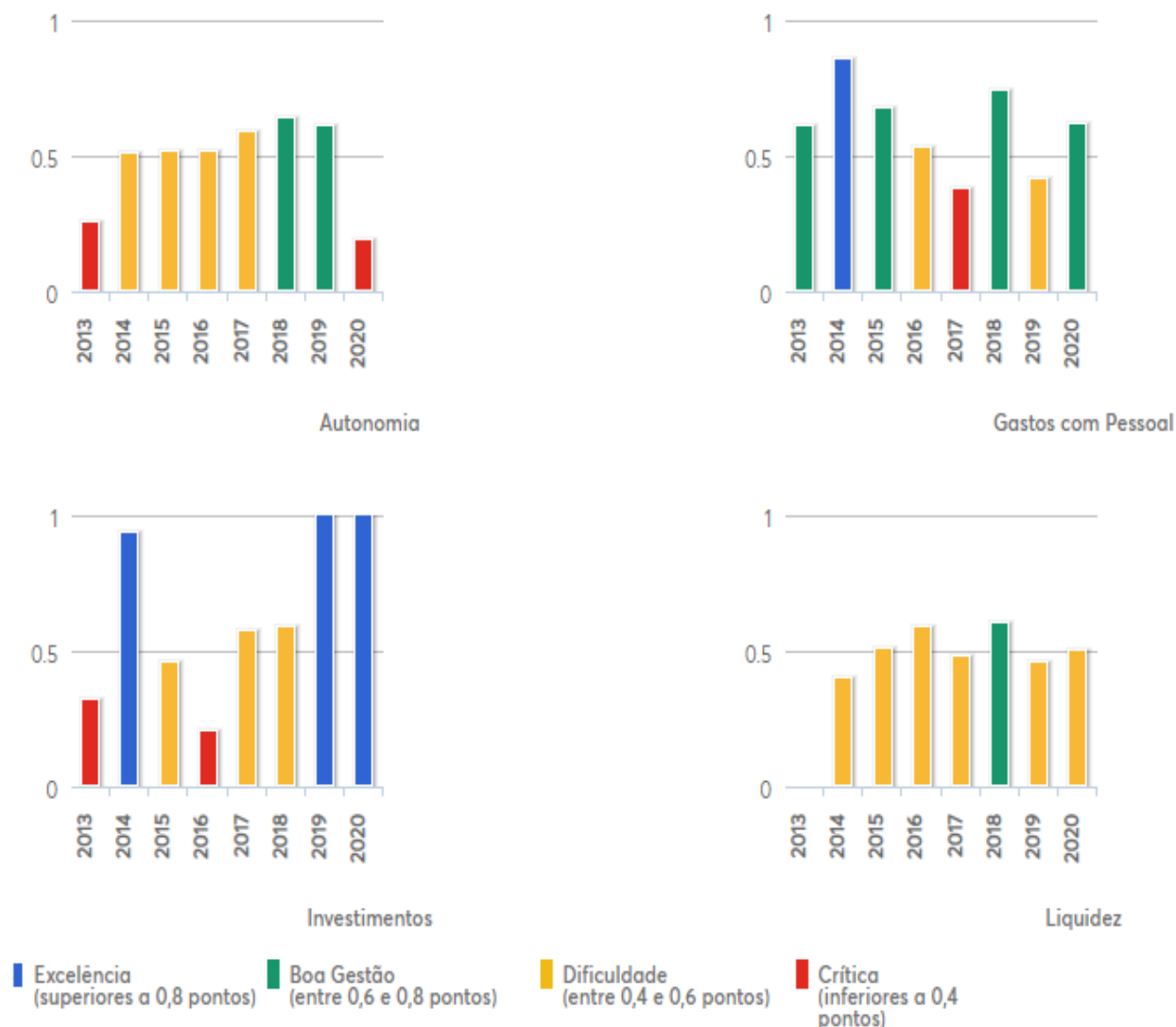
FIGURA 3.6 – INDICADORES IFGV 2020 PARA CAMPO DO TENENTE



Fonte: IFGF (2022)

Quando separados entre si e analisados na série histórica, como exposto na FIGURA 3.7, é possível verificar que todos os índices apresentam grandes flutuações ao longo dos anos, sobretudo o índice acerca dos investimentos e dos gastos com pessoal. O índice autonomia têm sofrido grande piora ao longo dos anos, enquanto o índice de investimentos teve melhora até o ano de 2020.

FIGURA 3.7 – EVOLUÇÃO HISTÓRICA DOS INDICADORES DO ÍNDICE FIRJAN ENTRE 2013 E 2020



Fonte: IFGF (2022).

Portanto, o município tem encontrado dificuldade na gestão de seus recursos, o que é relatado inclusive pela equipe técnica e foi constatado também nas pesquisas realizadas com a comunidade.

Dentre as receitas municipais, está a receita tributária, fruto da arrecadação direta dos moradores. O município possui o Imposto sobre a propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU), Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS) e Imposto sobre a Transmissão Inter vivos de Bens Imóveis (ITBI).

Destaca-se, no entanto, que em Campo do Tenente, há dificuldades na coleta de impostos como o IPTU. Para fomentar a autonomia fiscal e a possibilidade de novos investimentos, Campo do Tenente deve considerar prioritárias as ações de regularização

fundiária em toda a sede urbana, o que deve propiciar um aumento na coleta da receita tributária pelo município. Para tornar isso possível é importante que o desenvolvimento econômico e geração de empregos sejam levados em consideração, tornando possível a cobrança de tal imposto sem onerar os moradores de forma desequilibrada com seus ganhos.

Em conclusão, o município tem poucos recursos disponíveis, o que se agrava com a baixa coleta de impostos municipais. Além disso, as principais receitas recebidas pelo município são transferências de ordem federal e estadual, o que influencia diretamente na avaliação do índice de autonomia municipal. A falta de recursos também está expressa na liquidez das contas públicas, já que são baixos os recursos destinados à quitação da dívida pública e à reservas de contingência o que coloca Campo do Tenente em um índice geral de dificuldade da gestão e conseqüentemente em más posições no *ranking* estadual e brasileiro. Assim, é de fundamental importância que esta melhora nas condições fiscais do município seja priorizada para que Campo do Tenente possa realizar investimentos em melhorias e que seja atrativo para novos negócios se instalarem, possibilitando o desenvolvimento municipal.

4 AVALIAÇÃO DA ESTRUTURA E FUNCIONAMENTO DOS CONSELHOS MUNICIPAIS EXISTENTES

A criação de conselhos abertos à participação popular tem como escopo a criação de ambientes democráticos que proporcionem o envolvimento dos cidadãos na gestão do município. Dentre outras formas de trazer o envolvimento da coletividade para as tomadas de decisão da administração pública, a existência de tais organismos contribui para que os órgãos públicos possam ter conhecimento das ideias, manifestações, críticas e sugestões da população residente, com o fim de obter melhoria nos serviços públicos e eficiência na prestação de serviços.

Os Conselhos Municipais são órgãos colegiados de natureza deliberativa e consultiva, e que possuem o objetivo de averiguar e propor as diretrizes para a formulação e implementação das políticas públicas, além de acompanhar e examinar a sua execução.

Em seu aspecto funcional, tais organismos correspondem à participação ativa dos cidadãos no processo de criação de políticas públicas, conforme determina o artigo 29, inciso XII da Constituição da República, ao estabelecer como atribuição dos municípios a “cooperação das associações representativas no planejamento municipal”. (BRASIL, 1988). Assim, o envolvimento da população é uma garantia constitucional, assim como ocorre com a seguridade social, a educação, a saúde e entre outros.

No QUADRO 4.1, a seguir, observa-se os Conselhos Municipais existentes em Campo do Tenente e sua respectiva regulamentação normativa.

QUADRO 4.1 – LEIS DE CRIAÇÃO DOS CONSELHOS MUNICIPAIS DE CAMPO DO TENENTE

Conselho	Regulamento de Criação	Regulamentação do Fundo
Conselho Municipal de Segurança	Lei n. 213/93	N/A
Conselho Municipal de Educação	Lei n. 297/97	N/A
Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e da Valorização do Magistério	Lei n. 298/97	N/A
Conselho Executivo Municipal de Trânsito	Lei n. 317/98 e 318/98	Lei n. 317/98 e 318/98
Conselho de Alimentação Escolar	Lei n. 380/00	N/A
Conselho Municipal do Turismo	Lei n. 423/02	N/A
Conselho Municipal de Saúde	Lei n. 498/05	Lei n. 590/08

Conselho	Regulamento de Criação	Regulamentação do Fundo
Conselho Municipal dos Direitos dos Idosos	Lei n. 499/05	Lei n. 499/05
Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB).	Lei n. 555/07	Lei n. 1.015/21
Conselho Gestor do Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social	Lei n. 562/07	Lei n. 562/07
Conselho Gestor do Telecentro Comunitário do Município	Lei n. 634/09	N/A
Conselho Municipal de Assistência Social	Lei n. 670/10	Lei n. 670/10
Conselho Municipal de Esportes do Município	Lei n. 673/10	N/A
Conselho Municipal da Cultura	Lei n. 1.003/20	Lei n. 1.002/20
Conselho Municipal do Patrimônio Cultural	Lei n. 1.016/21	Lei n. 1.016/21
Conselho Municipal do Trabalho, Emprego e Renda	Lei n. 1.046/21	Lei n. 1.046/21

Fonte: FUPEF (2022).

5 SÍNTESE DA ANÁLISE TEMÁTICA INTEGRADA

O presente tópico tem como objetivo realizar uma síntese da análise temática integrada destacando os principais pontos destacados pela população nas oficinas assim como os pontos identificados pela equipe técnica ao longo da elaboração dos relatórios e análises dos dados da análise temática integrada.

Na 2ª Oficina Técnica, realizada com a população do município foi aplicada uma dinâmica coletiva para identificação das deficiências e potencialidades de Campo do Tenente. Esse evento se realizou no auditório da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e Cidadania, às 18h30 do dia 04 de maio de 2022 (FIGURA 5.1).

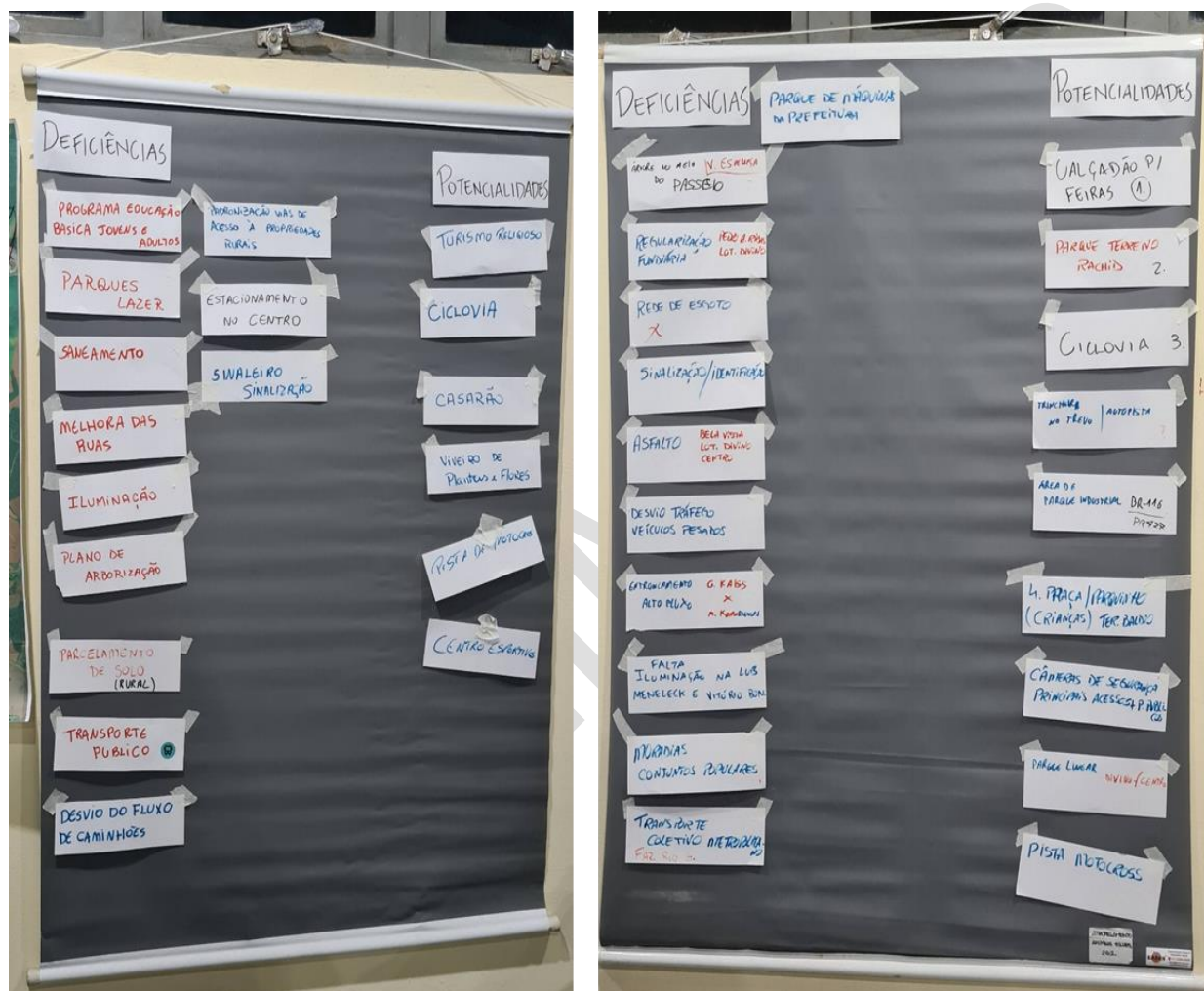
FIGURA 5.1 – GRUPOS DISCUTINDO AS TEMÁTICAS PROPOSTAS NA DINÂMICA



Fonte: FUPEF (2022).

A dinâmica envolveu a divisão dos participantes em dois grupos. Cada grupo discutiu e demarcou num quadro as deficiências, ou seja, os pontos negativos e faltantes encontrados, e as potencialidades, isto é, as possibilidades de desenvolvimento do município. A FIGURA 5.2 traz uma imagem dos resultados gerados nessa dinâmica.

FIGURA 5.2 – RESULTADOS DA DISCUSSÃO DE DEFICIÊNCIAS E POTENCIALIDADES



Fonte: FUPEF (2022).

De maneira adicional, os grupos dispuseram de impressões da ortoimagem feita para a mancha urbana do município com a demarcação do perímetro, das escolas, nomes de rua, postos de saúde e da prefeitura municipal para localização e referência. Nesses mapas, os participantes inseriram tags adesivas representando equipamentos e redes de infraestrutura, em locais com deficiência ou com possibilidade para implantação de tais serviços. As tags são exibidas na FIGURA 5.3 com os seus significados simbólicos básicos.

FIGURA 5.3 – TAGS ADESIVAS E SEUS SIGNIFICADOS



Fonte: FUPEF (2022).

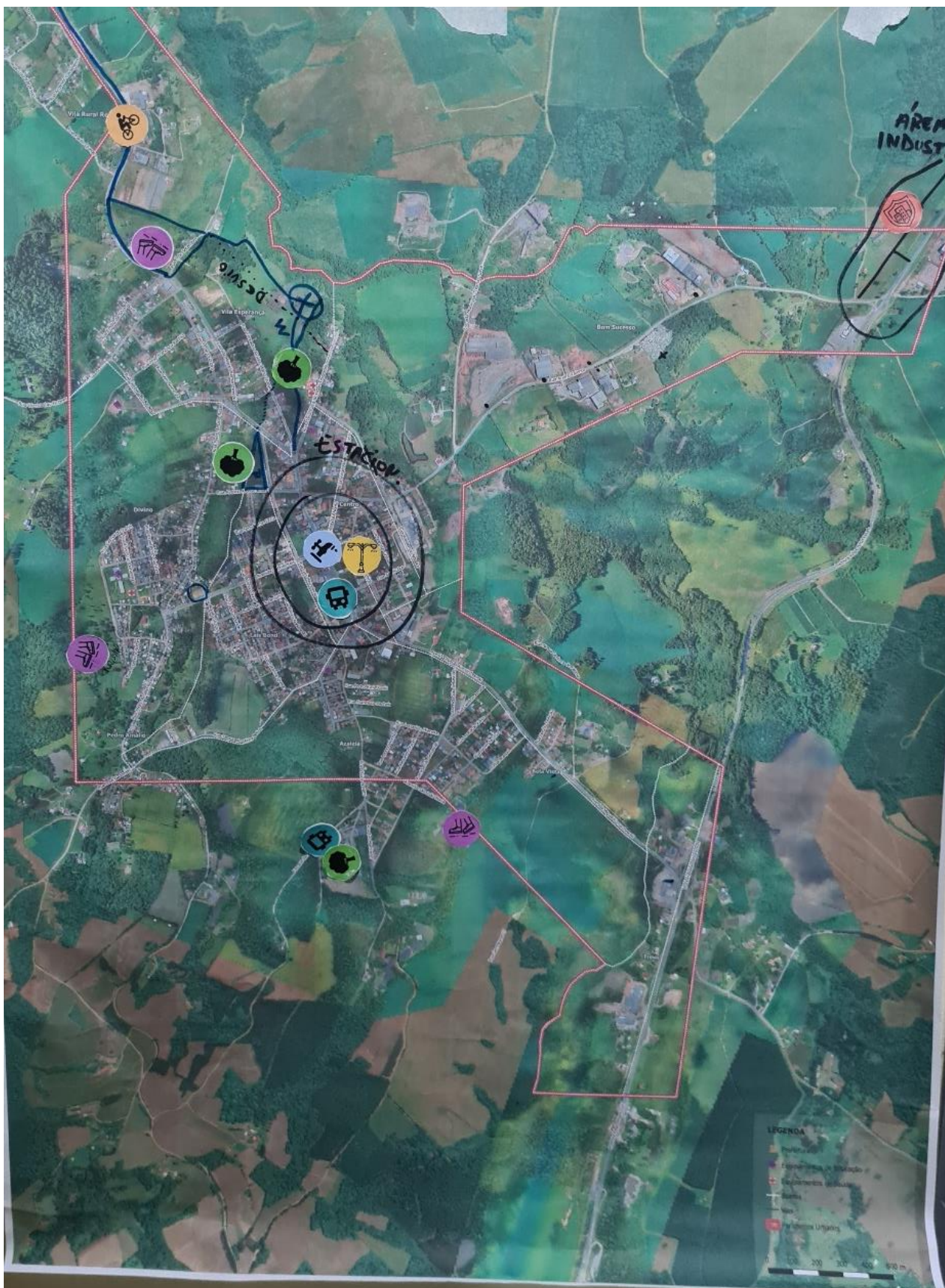
Além delas, quando necessário, os grupos desenharam sobre os mapas e escreveram informações específicas indicando infraestrutura de desejo, diretrizes viárias importantes a serem consolidadas, pontos de atenção e outros. Os resultados dessa atividade com as ortoimagens são apresentados na FIGURA 5.4 e na FIGURA 5.5.

FIGURA 5.4 – RESULTADOS DA ATIVIDADE SOBRE AS ORTOIMAGENS - 1



Fonte: FUPEF (2022).

FIGURA 5.5 – RESULTADOS DA ATIVIDADE SOBRE AS ORTOIMAGENS - 2



Fonte: FUPEF (2022).

A partir dessa dinâmica, foi sistematizada a relação das deficiências e potencialidades identificadas no evento. O QUADRO 5.1 e o QUADRO 5.2 apresentam, consolidando dessa forma a identificação por parte da população dos elementos mais latentes na discussão da Revisão do Plano Diretor. Observa que são tangenciados assuntos dos vários temas que o Plano Diretor versa, mostrando uma discussão produtiva por meio da participação popular.

QUADRO 5.1 – CONDICIONANTES E DEFICIÊNCIAS IDENTIFICADAS PELO GRUPO 1

Deficiências	Comentários	Potencialidades	Comentários
Regularização fundiária - Pedro Amálio Ribas / Loteamento Divino	Laís Bond, Posniak	Calçadão para feiras	
Rede de esgoto - cidade toda		Parque Terreno Rachid	
Sinalização / identificação de vias por placas	Numeração predial: dificuldade de entregas por parte do Correios	Ciclovía	Projeto existente - pela PR-427 atrás do Casarão até parque linear, ligando ao pré-projeto
Asfalto - Bela Vista / Lot. Divino / Centro		Trincheira no trevo / autopista	
Desvio de tráfego veículos pesados	Duas opções: 1 - Estrada Santana - André Valenga - BR 2 - desviar pela direita na Vila Rural e sair na Serrinha	Área de parque industrial - BR 116/PR 427	Terreno Ponino
Entroncamento de alto fluxo - Gabriel Kaiss x Miguel Komarchewski	Movimento de crianças das escolas / talvez um sinaleiro ou travessia elevada	Praça/parquinho crianças - terreno baldio Hammer	
Falta de iluminação - Luiz Menelecki/Vitorio Boniatti / lot. Divino		Câmeras de segurança - principais acessos e prédios públicos	pedro amálio (lot. Moreira), trevo, andré valenga, PR-427
Moradias e conjuntos populares		Parque Linear - Divino/Centro	Na área do entorno do córrego
Transporte coletivo metropolitano - Fazenda Rio Grande/RMC/Rio Negro	Rodoviária perto do Centro	Pista Motocross	Sem locais idealizados
Parque de máquinas da prefeitura	Mudar para o terreno do Rashid e transformar em calçadão	Rodoviária - Vila Esperança	
Calçamento + lombada/faixa elevada - R. Jorge A. Barros	Ou alargamento/sentido único, fazendo binário com Maria Tesserole	Ponto de transporte - Trevo	
Local mais apropriado para associação de coletores - fazer novo barracão	Terreno na V. Rural Renascer	Pátio de máquinas - terreno da prefeitura V. Esperança	
Calçamento - R. Luiz Menelecki	R. Avelino Afonso Ribas	Rua a abrir entre Alcides Quege e Maria Clara Tesseroli	

Fonte: FUPEF (2022).

QUADRO 5.2 – CONDICIONANTES E DEFICIÊNCIAS IDENTIFICADAS PELO GRUPO 2

Deficiências	Comentários	Potencialidades	Comentários
Programa Educação Básica Jovens e adultos		Turismo religioso	Caminho junto ao Casarão, que é um lugar que todos param para tirar fotos / Rota de tropeiros (Cavalenga, Braspol, Casarão)
Parques e lazer	Projeto de ciclovia existente	Ciclovia - PR-427	Posto Campos ao Posto Noele - unir ciclovias
Saneamento		Casarão	Museu do Casarão
Melhora das ruas		Viveiro de plantas e flores	do lado do cemitério
Iluminação	Centro	Pista de Motocross	
Plano de arborização	Remanejar árvores plantas erradas no meio da calçada	Centros esportivos	
Parcelamento de solo (rural)	ajustar porque muitos proprietários pedem anuência	Desapropriação área Afonso Kinopi	
Transporte público		Morro de Santana	Grutas - potencial histórico e turístico
Desvio do fluxo de caminhões	Caminhões pesados estragam a estrada da cidade - sinalização / responsabilidade da Miguel Komarchewski	Área industrial na BR-116 - R. André Valenga	
Padronização vias de acesso a propriedades rurais	Centro (Miguel Komarchewski) Centro de Eventos	Parque Linear	Terreno triangular Luiz Menelecki
Estacionamento - Centro	Garantir vagas especiais para PCD / adequar novos empreendimentos, que costumam construir no alinhamento e os estacionamentos ficam na rua / hoje não tem recuo e não tem espaço		
Sinalização/Sinalização			
Creche e posto de saúde	Precisa de novos		
Abastecimento de água	Centro		
Calçamento	Bela Vista / Divino / 427 (Vila Rural)		

Fonte: FUPEF (2022).

Vale mencionar que, na discussão conjunta, outros assuntos foram levantados pelos participantes, sendo listados a seguir:

- Dificuldade enfrentada no uso do solo em frente às vias rurais municipais, que têm faixa de domínio de 15 m, maior que a da Rodovia PR-427;
- Necessidade de delimitação das comunidades e localidades rurais;

- Falta de refeitório na Escola Prof. Gunther – o ginásio não usado poderia ser área do refeitório;
- Potencial para auditório de formaturas no terreno do referido ginásio;
- Potencial de aplicação do IPTU progressivo no tempo;
- Potencial para criar uma identidade do município.

Todos esses elementos complementaram a análise temática integrada, de forma que a sumarização de toda essa avaliação permite moldar um diagnóstico preciso e fundamentado sobre os aspectos que caracterizam o desenvolvimento de Campo do Tenente. As seções de levantamento e análise de dados trouxeram informações de áreas específicas, sendo todas elas integradas na determinação da rotina socioeconômica municipal. Dessa maneira, a sumarização é necessária para condensar os dados e facilitar a compreensão das possibilidades existentes no desenvolvimento municipal.

O objetivo dessa síntese é alinhar as relações existentes entre cada campo avaliado, o que torna possível o destaque de questões que guiarão a composição dos objetivos de desenvolvimento municipal, e as respectivas diretrizes e propostas. Para isso, utiliza-se uma metodologia apropriada, que se chama Condicionantes, Deficiências e Potencialidades (CDPs), uma ferramenta largamente utilizada no planejamento urbano para reunir elementos estudados. As CDPs permitem uma abordagem objetiva e de fácil compreensão sobre o cenário atual do município, possibilitando a determinação de estratégias futuras de maneira eficiente. As três categorias que compõem essa metodologia são descritas como segue:

- Condicionantes: questões que abrangem o município inteiramente ou parcialmente e que não podem ou não devem ser alterados, ou que ainda se encontram fora da alçada de intervenção municipal;
- Deficiências: componentes que geram problemáticas e empecilhos a um desenvolvimento municipal justo e eficiente, como falta e insuficiência de serviços públicos;
- Potencialidades: questões apontadas como possíveis geradoras de impulsão do desenvolvimento e da melhoria da qualidade de vida.

Os elementos distribuídos em cada uma das categorias advêm da análise qualitativa e quantitativa realizada, conjuntamente às já identificadas deficiências e potencialidades na dinâmica com a população. Para facilitar o processo das CDPs, foram

organizados eixos temáticos que abrangem diferentes áreas de atuação da Revisão do Plano Diretor, conforme a listagem a seguir:

- Desenvolvimento social: educação, saúde, assistência social, cultura, esporte, lazer, habitação de interesse social, segurança pública;
- Desenvolvimento rural: agropecuária, turismo rural;
- Aspectos ambientais: corpos d'água, vegetação, áreas de proteção, áreas fragilizadas;
- Desenvolvimento econômico: indústria, comércio, serviços e turismo;
- Mobilidade: sistema viário, sistemas de transporte e deslocamentos;
- Saneamento, abastecimento e comunicação: abastecimento, coleta e tratamento de esgoto, resíduos, poluição, redes de comunicação;
- Uso e ocupação do solo: zoneamento, áreas antrópicas, subcentralidades e evolução urbana.

Assim, o QUADRO 5.3 apresenta cada elemento disposto conforme o eixo temático e a categoria das CDPs, compondo um resumo de toda a análise realizada até o momento.

QUADRO 5.3 – CONDICIONANTES, DEFICIÊNCIAS E POTENCIALIDADES

Eixo temático	Condicionantes	Deficiências	Potencialidades
Desenvolvimento social	Região Metropolitana de Curitiba	Falta de áreas de lazer	Parque de lazer no Terreno Rachid
	Hierarquia REGIC	Falta de inclusão da educação de jovens adultos	Praça/parquinho - terreno baldio ao lado do lot. Hammer
		Falta de abrangência dos equipamentos de saúde	Parque Linear – rio entre Divino e Centro
		Falta de abrangência dos equipamentos de educação	Viveiro de plantas e flores
		Inexistência de refeitório na Escola Prof. Gunther	Reaproveitar ginásio da Escola Prof. Gunther como refeitório
		Inexistência de programas (habitação)	Auditório para formaturas - no terreno do ginásio
		IDHM médio	Boa abrangência dos equipamentos de educação
		IDEB baixo	Construção Casa Lara
		Taxa de analfabetismo alta para adultos	Previsão de revitalização Centro de Convivência
		Taxa significativo de distorção educacional nos anos finais do fundamental e no ensino médio	Previsão de reforma do Grêmio Esportivo
		Grande porção de pessoas com fundamental incompleto	Previsão de Pista de Motocross
		Alta taxa de mortalidade infantil segundo ODS	Níveis de atendimento bons dos equipamentos na sede urbana
		Aumento da população em estado de pobreza	Associação de catadores – mudar para terreno da prefeitura na Vila Rural
		Famílias grandes com rendas insuficientes	
		Falta de emprego	
		Problemas com segurança pública	
		Bairros Bela Vista, Trevo e Vila Rural sem UBS	
		Necessidade de reforma nos equipamentos de educação	
		Violência contra a mulher	
		Falta equipamentos no bairro Trevo	
	Déficit habitacional		
Desenvolvimento rural	Núcleos de localidades	Dificuldade de atuação no parcelamento do solo rural	Aproveitamento turístico do Morro de Santana
		Falta de padronização nas vias de acesso rurais	Consolidação das localidades rurais
		Faixa de domínio extensa para vias rurais municipais	Possibilidades de aptidão agrícola
		Inexistência da delimitação de comunidades rurais	
Aspectos ambientais	Manancial Rio Campo do Tenente	Alagamentos a oeste e sul no perímetro urbano	
	Área de várzea Rio da Várzea		
	Áreas de preservação por altas declividades		

Eixo temático	Condicionantes	Deficiências	Potencialidades
Desenvolvimento econômico		Uso do pátio da prefeitura como garagem e parque de máquinas	Calçadão para feiras na Rua Avelino Afonso Ribas
		Falta de bancos	Câmeras de segurança - principais acessos e prédios públicos
			Realçar uma identidade do município pela sua vocação
			Tranquilidade
			Proximidade dos serviços
			Previsão de rota de turismo cultural e religioso - início no Casarão Villa Anna
Mobilidade	Rodovias	Falta de pavimentação em vários bairros	Duplicação prevista na BR-116
		Passagem de tráfegos pesados no meio da cidade	Regularização de estacionamento no Centro
		Tráfego alto na interseção Miguel Komarchewski x Gabriel Kaiss	Sinaleiro/Sinalização na interseção Miguel Komarchewski x Gabriel Kaiss
		Inexistência de transporte público e metropolitano	Ideias de vias cicláveis
		Conflitos de movimento na Rua Jorge Alves Barros	Ideias de desvio da PR-427, atrás do Casarão, Estrada Santana e Rua André Valenga
		Falta de sinalização	Ideias de desvio da PR-427, à direita na Vila Rural até a Serrinha
		Inconsistências da lei do sistema viário	
		Vias com caixas insuficientes	
		Falta de calçadas e de calçamento nas vias principais e locais	
		Inexistência de vias cicláveis	
		Inoperação da linha Lapa-Rio Negro	
		Inexistência de terminal rodoviário	
Saneamento, abastecimento e comunicação		Condições ruins da Ponte de Ferro	
		Falta de rede de coleta e tratamento de esgoto	
		Falta de iluminação pública	
		Falta de abrangência da rede de abastecimento de água	
		Falta de abrangência da rede de drenagem urbana	
		Falta de infraestrutura no bairro Azaleia	
	Falta de infraestrutura nas bordas da mancha urbana		

Eixo temático	Condicionantes	Deficiências	Potencialidades
Uso e ocupação do solo	Grau de urbanização baixo	Ocupações e loteamentos irregulares	Área de parque industrial - BR 116/PR 427
	População nativa	Numeração dos lotes desorganizada	Utilização da área Afonso Kinopi a ser desapropriada
		Inexistência de Plano de arborização	Aplicação do IPTU progressivo no tempo nos lotes não utilizados
		Ocupação fora do perímetro urbano	Interesse em áreas industriais
		Falta de identificação das vias	Interesse de empreendimentos residenciais
		Vazios urbanos	Eixos industriais e de serviços
		Preços imobiliários inflados no Centro	Tipologia dominante de tipo casa
		Tendências de expansão para além do perímetro urbano	Av. Miguel Komarchewski concentradora de comércios e serviços
		Áreas ocupadas sem parcelamento	
		ZEIS vigente não executada	

Fonte: FUPEF (2022).

6 DEFINIÇÃO DOS OBJETIVOS PARA O DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL

Com base na finalização da análise temática integrada, o procedimento das CDPs possibilita a determinação dos objetivos de desenvolvimento de Campo do Tenente, o que serão englobados pela Revisão do Plano Diretor, trasladados em diretrizes e ações posteriormente. Esses objetivos são os seguintes, conforme áreas temáticas semelhantes:

REESTRUTURAÇÃO TERRITORIAL E LEGISLATIVA

- Reorganizar territorialmente a sede urbana, adequando o perímetro urbano às possibilidades e restrições de ocupação e implementando políticas de fiscalização do uso do solo, conforme as regulamentações do Art. 42-B do Estatuto da Cidade (BRASIL, 2001);
- Melhorar a comunicação entre as secretarias com o objetivo de aumentar a eficiência no atendimento à população, a fiscalização e o cumprimento do ordenamento do solo, sistematizando os cadastros e os registros e compartilhando as informações;
- Estimular o desenvolvimento industrial e a demarcação de áreas destinadas a esses fins;
- Promover a preservação das áreas mais fragilizadas e de manancial estabelecendo parâmetros de uso do solo das áreas restritas e ambientalmente vulneráveis, criar soluções de requalificação das áreas degradadas e promover o desenvolvimento sustentável e os usos das áreas de várzea, transformando as áreas abandonadas em locais de lazer nas áreas propícias para tal uso;
- Estabelecer nova hierarquização viária que possibilite o pleno fluxo na sede urbana e na área rural, bem como dentro de novo corpo de lei de sistema viário;
- Direcionar a expansão urbana sem afetar as áreas de restrição à ocupação e priorizando áreas propícias e bem servidas de infraestrutura, estabelecendo legislação clara e que permita o desenvolvimento da sede urbana de forma a construir uma cidade bem estruturada e compacta, com poucos deslocamentos;

- Ordenar o uso e ocupação do solo rural, delimitando localidades rurais e áreas de desenvolvimento agropecuário, conforme usos e vocações adequados e estabelecer parâmetros de uso do solo que impulsionem a agricultura sustentável em áreas com aptidão;
- Ordenar o uso e ocupação e a legislação urbana, delimitando bairros no perímetro urbano,
- Adequar a legislação voltada para o sistema viário do município, redefinindo sua hierarquia e estabelecendo critérios de dimensões compatíveis com as categorias de vias e as diretrizes viárias que deverão ser projetadas para as áreas de expansão urbana., assim como, sistematizando e identificando as vias previamente existentes.
- Adequar a legislação urbana no que se refere às possibilidades de ocupação o código de obras.
- Fiscalizar a implantação de infraestrutura de novos loteamentos conforme a nova legislação municipal e estabelecer legislação específica com punição para o não cumprimento da legislação de uso e ocupação do solo.
- Promover a regularização fundiária, o acesso à terra, à moradia digna, à titulação da casa, urbanizando áreas precárias, desenvolvendo ações e programas de produção e melhoria habitacional para a população, estabelecendo novo cadastro e mapeamento do déficit habitacional, reestruturando áreas de ZEIS e criando estratégias legislativas para a titulação.

DESENVOLVIMENTO E PROGRAMAS

- Promover parcerias com instituições estaduais, federais e internacionais, cooperativas, ongs, universidades e com a iniciativa privada para arrecadação de recursos e estruturação de ações que não possam contar com recursos municipais, como aquelas voltadas para melhoria habitacional, implementação de ciclovias, cursos profissionalizantes e outros;
- Buscar apoio para programas de regularização e produção habitacional;
- Desenvolver estratégias de consolidação das localidades rurais;

- Promover estratégias e campanhas de adesão de reintrodução de jovens e adultos na escola, combatendo os altos níveis de abandono escolas e não conclusão dos estudos , fortalecendo o EJA nas escolas do município;
- Desenvolver o paisagismo e a qualidade de vida na sede urbana, implementando estratégias específicas e elaborando o Plano de Arborização;
- Promover a permanência dos moradores na área rural, desenvolvendo programas de desenvolvimento regional, parcerias com a prefeitura para o uso de máquinas, o cooperativismo e a capacitação para o produtor rural e os jovens da área rural, aumentando a produção agrícola e diminuindo o êxodo crescente dos últimos anos;
- Desenvolver programas, ações e estratégias que promovam a capacitação profissional e geração de emprego e renda para atendimento à população.
- Estimular o desenvolvimento do ecoturismo sustentável na área rural, promovendo parcerias com proprietários de áreas potenciais e desenvolvendo programas, eventos e estratégias turísticos;
- Estimular o turismo, criando a rota de turismo cultural e religioso;
- Promover a gestão sustentável dos resíduos sólidos, elaborando o Plano de Gestão dos resíduos sólidos e planejando campanhas de adesão da população à separação de resíduos recicláveis;
- Estimular o fortalecimento do comércio local e estimular a descentralização deste tipo de atividade criando setores específicos nos bairros.

INFRAESTRUTURA E EQUIPAMENTOS

- Investir em estruturas e eventos voltados para o lazer e práticas de esportes na área urbana e na área rural.
- Planejar alternativas para o transporte coletivo, em especial das localidades mais distantes e rurais, considerando as restrições que sua demanda implica, mas buscando atender às necessidades desses habitantes;
- Reestruturar edificações e espaços educacionais e de assistência social que estejam com situações precárias, sobretudo da Escola Prof. Gunther para construção de refeitório e auditório e do Centro de Convivência;

- Estabelecer e construir áreas de esporte e lazer com a implantação de pista de Motocross em local adequado; reestruturação do pátio da prefeitura e Rua Avelino Afonso Ribas, transformando em um calçadão de feiras e realocação da garagem de máquinas e ônibus da prefeitura;
- Reforçar a segurança local, estabelecendo parque de monitoramento por câmera;
- Implantar soluções de infraestrutura viária na interseção da Av. Miguel Komarchewski x R. Gabriel Kaiss;
- Promover o uso de diferentes modais nos deslocamentos urbanos, estabelecendo ações de melhorias das calçadas e implantando a rede de vias cicláveis;
- Promover melhorias no sistema viário urbano através da sinalização e a regulamentação de estacionamentos nas vias do Centro e através de soluções viárias na Rua Jorge Alves Barros e entorno.
- Incrementar o acesso à saúde, criando estratégias de atendimento e expandido a abrangência e deslocamento às UBS;
- Melhorar o atendimento dos serviços públicos, estendendo as redes de drenagem e iluminação pública;

RELAÇÕES EXTERNAS

- Ordenar o planejamento de novas diretrizes tendo em vistas novos projetos de origem externa, compreender o planejamento estadual para a estruturação viária que afete diretamente o município;
- Requisitar junto ao governo estadual os projetos de desvio da PR-427;
- Promover o transporte intermunicipal, o direito à cidade e à equipamentos públicos metropolitanos, requisitando junto à COMEC linha de transporte conectando ao sistema da RMC, bem como o retorno da linha Lapa-Rio Negro, junto ao DER.
- Priorizar a segurança dos munícipes e visitantes requisitando junto ao governo estadual a implantação de nova ponte em substituição à Ponte de Ferro, tornando esta apenas monumento turístico.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei complementar nº 101, de 4 de maio de 2000**. Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências. Brasília, 4 de maio de 2000.

BRASIL. **Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001**. Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 11 jul. 2001. Seção 1, p. 1.

CAMPO DO TENENTE. **Lei nº 748/2011**. Aprova o Plano Diretor Municipal de Campo do Tenente e dá outras providências. Campo do Tenente, 19 dez. 2011a.

CAMPO DO TENENTE. **Portal da Transparência**. LDO, LDA, PPA. Disponível em: <<http://177.152.56.126:7474/transparencia/contasReceita>>. Acesso em mai. 2022.

IFGF. **Índice FIRJAN de Gestão Fiscal**. 2021. Disponível em: <www.firjan.com.br>. Acesso em: abr. 2022.

MATIAS-PEREIRA, J. **Finanças Públicas: A Política Orçamentária no Brasil**. São Paulo: Atlas, 2010.

MINISTÉRIO DA FAZENDA. **Programa Nacional de Educação Fiscal**. Disponível em: <http://www.fazenda.rj.gov.br/sefaz/content/conn/UCMServer/path/Contribution%20Folders/educacaofiscal/MaterialDit%C3%A1tico/CadernosDid%C3%A1ticosdoPNEF/Arquivos/Leturas%20Complementares_Caderno%204.pdf>. Acesso em abr. 2022.

OLIVEIRA, P. H. **Finanças Públicas 2015**. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Minas Gerais – IFMG. Ministério da Educação. Disponível em: <<http://proedu.rnp.br/bitstream/handle/123456789/1599/50.Financas%20Publicas%20-%20SERVI%C3%87OS%20P%C3%9ABLICOS%20-%20IFMG.pdf>>. Acesso em abr. 2022.

RATTON, E.; WAYDZIK, F. A.; MACHADO, V. **Manual de normalização de relatórios técnicos e/ou científicos: de acordo com as Normas da ABNT**. Curitiba: ITTI/UFPR, 2019.